

## Os primeiros leitores dos romances de Daniel Defoe

### First readers of Daniel Defoe's novels

*Thiago Panini Primolan\**

*\* Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)*

---

**Resumo:** Este trabalho apresenta elementos que permitem compreender em certos aspectos qual foi o espectro do público leitor dos romances de Daniel Defoe, datados da segunda década do século XVIII. Amparado pelos estímulos das pesquisas em “História da Leitura”, o artigo tenta retratar um esboço do leitor genérico de romances daquele começo de século na Inglaterra, levando em conta, sobretudo, informações sobre a origem socioeconômica, os gostos literários, os ambientes-suporte da prática de leitura e, nas ocasiões propícias, os conteúdos dispostos nos próprios romances – nos prefácios, títulos, etc. –, que possam fornecer alguma pista sobre esse ilustre anônimo – embora essencial a qualquer circulação literária –, o leitor.

**Palavras-chave:** Daniel Defoe. Romance Inglês. História da Leitura. Leitor Histórico.

---

**Abstract:** This paper presents the elements that lead us to a basic comprehension of the spectrum which the audience of Daniel Defoe's novels formed in the second decade of the 18<sup>th</sup> century. Supported by the impulse of “History of Reading” researches, the essay tries to retrace a sketch of the novels' historical generic reader from that beginning of the century in England, taking specifically into account information about social economic origins of those readers, their literary tastes, the different ambients that have supported the reading activity, and if occasion may seem favorable, the very content displayed on the novels – the prefaces, titles, etc. – might bring some clues about this famous anonym, nevertheless essential to all literary circulation and meaning production, that is the reader.

**Keywords:** Daniel Defoe. Novel. History of Reading. Historical Reader.

---

## Introdução

Daniel Defoe, imortalizado pela criação de *Robinson Crusoe* (1719) – por muitos considerado o primeiro exemplar do romance moderno –, é figura indispensável nos estudos de historiadores do romance (*novel*) de língua inglesa. Escrevendo-os na segunda década do século XVIII, depois de uma vida atribulada e bastante eclética – fora jornalista, escritor, empresário, agente do governo, panfletário, etc. –, Defoe ainda se defrontaria, senão com uma revolução da leitura no século XVIII, pelo menos com uma mudança drástica dos hábitos de leitura no decorrer daquele século. Esse fenômeno de transformação pode ser apreendido nos estudos de Steven Fischer (FISCHER, 2006), Reinhart Wittmann (WITTMAN, 1999) e Rolf Engelsing (DARNTON, 2010), que insistem em um princípio de uma leitura cada vez mais “extensiva” naquele século, no qual os leitores teriam tido contato com uma diversidade maior de escritos lidos com uma profundidade menor de imersão. Mais escritos, maior variedade de assuntos e uma leitura superficial parecem ter contraposto um modo mais “intensivo”, dominante no gosto leitor da Idade Média até algum ponto após 1750, no qual “apenas alguns livros – a Bíblia, um almanaque, uma ou duas obras religiosas” eram lidas “inúmeras vezes, geralmente em voz alta e em grupos” de modo a imprimir “em suas consciências um estreito leque de literatura tradicional.” (ENGELSING apud DARNTON, 2010, p. 179).

Embora essa visão seja bastante discutível, principalmente no que revela um entendimento histórico unilinear – como bem o aponta Robert Darnton –, ela acerta em captar um momento histórico em que “passou a existir uma maior quantidade de material de leitura disponível para um público mais amplo, um momento em que se pode ver o surgimento de uma massa de leitores que chegaria a proporções gigantescas no século XIX”. (DARNTON, 2010, p. 180).

O século XVIII traria novidades como o jornalismo e o romance (*novel*), que refletiam justamente esse aumento na variedade de escritos. Mas não só os escritos variariam no decorrer daquele século. Textos formam leitores, e esses formam demanda, em um ciclo no qual é muito difícil distinguir uma causa ou uma consequência. Os gostos daquele século seriam profundamente modificados pelas transformações literárias, e também ajudariam a transformá-las ainda mais. Identificar quem é o leitor inglês dos romances de Daniel Defoe, desse começo de século na Inglaterra, definir o seu gosto, os seus anseios e seus pudores, suas práticas de leitura e o ambiente em leem são alguns dos objetivos que nortearão as próximas linhas. Vale lembrar, tal qual a definiu Certeau (CERTEAU, 2008), que a leitura é uma atividade de caça em terra alheia: ela se forma enquanto uma prática não passiva – às vezes mesmo transgressiva –, que não deixa de

relacionar corpo e o espaço em que o leitor ocupa. O leitor de Defoe, longe de se apresentar como mero receptáculo passivo do discurso literário, pode muito bem ter tido grande peso nas decisões e estratégias de escrita do autor inglês, forçando ocasiões em que ele se visse obrigado mesmo a inovar estruturas, temas e gêneros estabelecidos em seu ambiente literário.

Talvez o substantivo no singular *leitor* seja uma opção um tanto quanto arriscada demais – dá-nos uma inconveniente sensação de segurança, de familiaridade com aquilo que denota. Uma história da leitura não pode deixar de ser uma atividade de aproximação, um exercício de tatear pelos rastros de um personagem paradoxal: tão importante – é ele quem alimenta um mercado cada vez maior a partir do século XVIII – e ao mesmo tempo quase um incógnito, fruto de generalizações e análises extremamente apegadas aos conteúdos intrínsecos aos textos. Resgatar os leitores, em sua multiplicidade sempre subentendida, parece ser o caminho mais adequado a se seguir.

## 1 Quem eram os leitores de Daniel Defoe?

Os leitores de Defoe estão a meio termo de uma mudança que se projetará (e se intensificará) na diacronia no decorrer dos séculos seguintes. A um mesmo e só tempo, conjugam aspectos distintos típicos de períodos de transição: são leitores e leitoras tributários de um passado que privilegiara a leitura de textos clássicos e religiosos – sobretudo esses últimos –, porém são também leitores que se abrem a novas experiências literárias – o jornal e o romance, por exemplo – literatura de leitura fácil e corrida, que supostamente exige menos esforço e tende a agradar um público maior. Ian Watt, em seu célebre *A ascensão do romance*, dá o tom: “Esse meio termo entre os intelectuais e os menos instruídos, entre as belas letras e a orientação religiosa é, talvez, a tendência mais importante da literatura setecentista” (WATT, 1990, p. 47).

Embora a maior parte do ensino na Inglaterra seguisse o rígido modelo da pedagogia latina ainda no início do século XVIII, muitos educadores, especialmente aqueles ligados aos círculos puritanos, fundariam escolas públicas para alunos cujos pais, além de disporem de renda suficiente para as mensalidades dos filhos, desejassem uma sólida formação na leitura e na escrita do inglês, e não mais apenas do latim. Segundo Fischer, as “[...] consequências para as publicações foram significativas” (FISCHER, 2006, p. 235) tanto para os livreiros que vendiam livros de gramática inglesa, como para os demais, uma vez que o costume de leitura no vernáculo natal passou a estimular as crianças a começar “lendo cartazes e folhetos” e, depois, passar “para romances e aventuras de viagens” (FISCHER, 2006, p. 235). A metodologia pedagógica inovada pelos educadores

puritanos também incentivava a leitura e a escrita entre os jovens: praticava-se a retórica por meio da declamação – “primeiro lendo, em seguida memorizando e, por fim, apresentando para a classe famosos discursos, poemas e trechos de textos em prosa” (FISCHER, 2006, p. 235). Defoe não escaparia a esse destino comum às crianças de classe média de seu tempo. Matriculado para se tornar ministro aos 14 anos, na Newington Green Academy, administrada pelo dissidente senhor Morton, Defoe mais tarde reconheceria a importância da experiência, admitindo que enquanto outras academias se dedicavam às belas letras (ao latim, especialmente), a academia do senhor Morton exigia de seus alunos que todas as dissertações e disputas fossem feitas em inglês – fato que ainda impressionava o Defoe adulto, pois o fazia perceber que em meio outras escolas de seu tempo, nenhuma talvez tivesse produzido tantos especialistas na língua materna, segundo nos atesta seu biógrafo William Minto (MINTO, 1884).

Contudo, importa ressaltar que esse parece ter sido um privilégio da classe média urbana, sobretudo; mais ainda: a classe média dos grandes centros urbanos, como Londres. Ian Watt sugere que as restrições impostas às crianças pobres do campo – devido à faina diária exaustiva das plantações – e às crianças pobres dos centros industriais – vítimas dos frenéticos turnos nas fábricas e carvoarias –, certamente dificultavam em muito o aprendizado do inglês, condição primeira para um aumento significativo do número de público leitor dos romances. Entretanto, afirma Watt, “é provável que nas cidades fosse mais comum o semianalfabetismo que o analfabetismo completo” (WATT, 1990, p. 36), e nos oferece um exemplo histórico tirado de uma anotação de um viajante suíço, Carl Philipp Moritz, como argumento; o viajante teria ficado surpreso com a atipicidade de, em uma cidade como Londres, as placas contarem com nomes e não mais com sinais, como era o costume difundido entre os lojistas de outros locais para indicar a presença de seus estabelecimentos (WATT, 1990, p. 36).

Embora a instrução pública, quando houvesse, fosse bastante irregular e esporádica, Watt acredita ter havido “boas oportunidades de apreender a ler”, uma vez que “uma rede de escolas de vários tipos, mantidas ou não por doações, cobria o país, à exceção de algumas regiões rurais mais distantes e certas cidades industriais do norte.” (WATT, 1990, p. 36) Quanto à educação dos mais pobres, parece não ter havido concordância. De um lado, utilitaristas, economistas e muitas vezes os próprios pobres objetavam à alfabetização das classes mais desfavorecidas, enquanto uma série de escolas – as *dame* e as *charity schools*, por exemplo – oferecia serviços de graça ou a baixíssimo custo e, a despeito de haver tratado a leitura como algo secundário – sua missão consistia, primeiramente, no ensino da religiosidade e da disciplina social –, garantiu ao menos um breve contato das crianças pobres com o mundo das letras.

Para Watt, junto ao fator econômico, contava como fator também influente do analfabetismo a falta de motivação para aprender:

Saber ler era um verniz necessário apenas aos que se destinavam a ocupações típicas da classe média – comércio, administração e as profissões em geral – e, tratando-se de um processo psicológico difícil, que requer exercício contínuo, é provável que apenas uma pequena proporção das classes laboriosas já alfabetizada se incluísse entre o público leitor e que a maior parte desse grupo tivesse ocupações nas quais ler e escrever constituísse uma necessidade profissional. (WATT, 1990, p. 38).

Podemos a essa altura supor que a prática da leitura, senão de um tipo especializado, ao menos para fins práticos, pesava favoravelmente às classes médias urbanas. É Watt ainda quem traz informações cruciais para montarmos um quadro mais ou menos satisfatório do estrato social ao qual pertencia o público leitor de Defoe. Afirma ele que os altos preços dos livros mantiveram-nos longe do poder aquisitivo de uma classe inferior: “o que se pagava por um romance podia sustentar uma família por uma ou duas semanas” (WATT, 1990, p. 39), e conclui que no “[...] século XVIII o romance estava mais próximo da capacidade aquisitiva dos novos leitores da classe média do que muitas formas de literatura e erudição estabelecidas e respeitáveis, porém estritamente falando não era um gênero popular” (WATT, 1990, p. 39). É conveniente, segundo o pensamento de Watt, portanto, situarmos o público leitor desses romances em meio a uma classe média em ascensão: prósperos indivíduos ligados ao comércio e à indústria.

Mas o próprio autor busca matizar essa afirmação tão severa. A despeito dos leitores pobres terem tido de enfrentar todos os tipos de barreira à leitura – as moradias inadequadas, que atrapalhavam o exercício da leitura em silêncio ou à noite, a falta de luz, o alto preço dos livros e as jornadas de trabalho infernais –, houve ocasiões em que os mais pobres desfrutaram de acesso aos materiais literários. Embora os dados se refiram a um período ligeiramente posterior àquele em que escrevia Defoe, podemos imaginar que já à época do autor muitos dos seus leitores puderam contar com formas rudimentares de Bibliotecas Circulantes, como passaram a ser chamadas depois de 1742, segundo Watt. Em tais bibliotecas, a taxa de inscrição era módica e encontrava-se ali quase todo tipo de literatura, dentre as quais, em especial, o romance constituía sem dúvida a principal atração. O vínculo das Bibliotecas Circulantes com a difusão dos romances parece ter propiciado, num momento posterior, críticas severas sobre a corrupção do gosto e das mentes das classes inferiores. Relata-nos Watt que era comum que dissessem que essas “lojinhas de literatura” corrompiam a mente de escolares, lavradores, “criadas da melhor espécie”, e até mesmo de “todo açougueiro e padeiro, remendão e latoeiro nos três reinos” (WATT, 1990, p. 41). Dois grandes grupos de leitores pobres, formados por aprendizes e por empregados

domésticos, parecem também ter desfrutado de uma vantagem pouco comum aos demais membros das classes baixas. Diz-nos Watt que, trabalhando nas casas de seus patrões – em geral pessoas remediadas que contavam com bibliotecas particulares –, esses trabalhadores, durante seu tempo livre, puderam travar contato com a literatura. Como muitos moravam nas casas dos patrões, e mesmo que esses não possuíssem livros ou não quisessem emprestá-los aos empregados, estes poderiam se dar ao luxo de comprar edições baratas, uma vez que não tinham que gastar o salário com alimentação e alojamento. Um estímulo sempre presente, seguramente, seria também a tendência a imitar o exemplo dos patrões, numa tentativa de aderir a uma vaga noção de distinção social, segundo Watt, em uma época em que o lazer reforçava o privilégio de poucos.

Justamente essa noção de “privilégio para poucos” – os *happy few* – é o suporte para que Watt situe a importância da presença feminina na leitura dos romances. Em uma sociedade cada vez mais economicamente especializada, afirma o autor, e onde o ócio, sinônimo de distinção social, seria reservado somente às classes mais abastadas – ou ao menos desligadas do ofício degradante do trabalho para pura sobrevivência –, as leitoras de uma classe média em ascensão poderiam se dar ao luxo de praticar uma atividade que não garantisse proveito imediato, como era de esperar do tipo de leitura “fácil” que os romances proporcionavam:

A distribuição do lazer na época corrobora e amplifica o quadro já apresentado da composição do público leitor; e ainda fornece a melhor evidência disponível para explicar a crescente participação das mulheres nesse público. Pois, enquanto boa parte da nobreza e da pequena aristocracia continuava sua regressão cultural do cortesão elisabetano aos “bárbaros” de Arnold, a literatura tendia a se tornar um entretenimento basicamente feminino. (WATT, 1990, p. 41).

Embora seguramente o papel feminino na leitura de romances tenha tido seu lugar garantido no decorrer do século XVIII – principalmente entre as leitoras de um Fielding, por exemplo –, a interpretação de Ian Watt merece alguns comentários à parte. O autor associa ferrenhamente a leitura de romances a uma atividade de lazer, ou seja, a um tipo de leitura que não requer nem um leitor especializado, muito menos um leitor que esteja à procura de derivar do tipo de leitura que faz qualquer tipo de conteúdo ou instrução edificante, senão puro prazer e divertimento. Certamente que seria de se esperar que esse tipo de leitura frívola fosse apanágio reservado ao grupo feminino na análise de Watt. Mas o que esse tipo de entendimento revela é, na verdade, um descompasso entre uma leitura genérica, basicamente apoiada em uma análise socioeconômica da ascensão do romance – forte desse historiador –, e uma realidade que Daniel Defoe nos apresenta em seus escritos.

Na próxima parte deste artigo – oportunidade em que se buscará traçar um perfil dos leitores dos romances de Defoe a partir de seus gostos literários –, colocar-se-á a questão da leitura de romances como atividade de lazer na forma de uma problemática a requerer justificativa. Com base naquilo que Defoe esperava que seus leitores estivessem procurando, quando tentava antecipar sua expectativa na hora da escrita, é que buscaremos averiguar a validade das asserções de Watt. É aí que o papel do prefácio aparece como ponto crucial para entender os mecanismos que regularam a produção e a consequente expectativa, configurada numa recepção em potencial. Analisando-os, poderemos destacar as particularidades dos escritos de Defoe – e do tipo de leitura que requeriram – e buscar retirá-los do ambiente genérico que Watt cria para inseri-los.

Vale ainda ressaltar que, independentemente da leitura de romances ser ou não atividade de lazer, ela cada vez mais é característica de ambientes privados. Na vida dos grandes centros urbanos, no século XVIII, houve uma “maior tendência a reservar um quarto para cada membro da família e até para os criados; a colocar em cada aposento principal uma lareira a fim de que todos pudessem se isolar quando bem quisessem” e “e as trancas nas portas – ainda uma grande raridade no século XVI – constituíam uma modernização que as pessoas distintas exigiam” (WATT, 1990, p. 163). Patrões e empregados, remediados membros da classe média e pobres trabalhadores em vários ofícios, sempre que podiam, destinavam um espaço para leitura no interior de suas residências: o que nem sempre era algo tranquilo; para os mais pobres pesavam os altos custos adicionais ao preço dos livros, que funcionavam como fatores impeditivos: o imposto da janela, instituído no final do século XVII, reduziu-as ao mínimo, dificultando a iluminação interna das casas durante o dia. À noite, a iluminação à vela ainda sobrepunha uma dificuldade financeira às famílias mais modestas (as velas de um vintém constituíam um luxo) (WATT, 1990).

## 2 O que leem e por que leem os leitores de Defoe?

Sabemos que os leitores de Defoe, pessoas do meio urbano, ligadas aos grandes centros da época, encontraram uma série de dificuldades para adquirir uma edição que pudessem ler. Embora o mundo da leitura ainda se apresentasse distante daqueles leitores mais pobres, vimos que, de uma maneira ou de outra, o espectro do público leitor começava a aumentar, se comparado com as práticas de leitura anteriores, centrada nos densos textos de teologia e filosofia em latim ou em grego que, de fato, exigiam um maior nível de erudição. A classe média teria sido o público alvo para uma série de escritores e livreiros que se debruçavam sobre a produção de romances. O próprio autor, Daniel Defoe, se o

pensarmos na qualidade de ávido leitor que realmente fora, não escapa desse destino: um indivíduo típico da classe média aburguesada londrina, advinda das diversas tradições de um puritanismo um tanto quanto secularizado.

Resta-nos saber, agora, o que mais liam os leitores de Defoe. Esse direcionamento de pesquisa pode nos auxiliar em muito na compreensão do ambiente literário em que estavam imersos os leitores, nos ajudando a formar um juízo sobre de seus gostos literários e proporcionando-nos uma ideia do tipo de padrão de conteúdo que esperavam encontrar no material que se dispunham a folhear.

É ponto pacífico, em muitos dos estudos dedicados a compreender a história do surgimento do romance inglês, colocar Daniel Defoe como criador do gênero. Talvez esse tributo encontre mais justificativa na proximidade do autor com um momento em que surgiam novidades literárias, como o jornalismo, por exemplo, do que em um esforço deliberado e autoconsciente de Defoe em marcar posição como criador de um novo gênero. De fato, se analisarmos com atenção seus escritos, em momento algum nos deparamos com expressões como “*novel*” (romance) ou “ficção”, que sirvam de pista para nos advertir da presença do universo textual a que estamos habituados a qualificar o gênero romanescos. Entender com que tipo de literatura estavam familiarizados os leitores daquele tempo, pode nos fornecer pistas válidas para a compreensão mesma do processo de prática de escrita que Defoe, desenvolvia naquela segunda década do século XVIII.

Madeleine Foissil, em um capítulo da colossal compilação organizada por Philippe Ariès e Roger Chartier dedicada à história da vida privada da Renascença ao Século das Luzes, intitulado “*A escritura do foro privado*”, apresenta-nos um ensaio que busca compreender de que maneira as mentalidades do período perceberam a vida privada em gêneros literários como as memórias, os diários e os *livres de raison*, afirmando mesmo que em “suas formas muito diferenciadas, memórias, diários, *livres de raison* constituíram as expressões essenciais da escritura privada no final do século XVII e durante o XVIII.” (FOISIL, 1991, 331). No que nos interessa particularmente, seu estudo sobre as memórias históricas – que dá um passo (mais cauteloso) atrás na afirmação categórica transcrita acima, embaraçando a distinção entre público e privado –, é bastante revelador do tipo de leitura que parecia aproximar leitores das ditas memórias e dos “romances” de Defoe. Diz ela que:

Segundo acepção corrente no século XVII, memórias são o produto da escritura individual de personalidades públicas sobre a repercussão de seus atos, o brilho da própria glória, ou sobre homens ou fatos dos quais foram testemunhas privilegiadas; destinam-se a ser lidas. (FOISIL, 1991, p. 332).

Diferentemente dos diários e *livres de raison*, de caráter estritamente privados – são diligentemente postos longe do alcance do olhar público –, essas memórias, de acordo com Marc Fumaroli, citado pela autora, são obras de testemunhas de eventos do reino e de homens de ação, e, nesses casos, se assemelhariam deliberadamente à narrativa histórica. Segundo ela: “Há vida pública nesses textos, mas nenhuma ou pouca vida privada.” (FOISIL, 1991, p. 332).

Citando os estudos de Margaret Mac Gowan, outra estudiosa sobre as memórias, Madeleine Foissil afirma que:

O memorialista escreve como observador ou espectador da própria vida ou da vida de alguém de quem foi amigo, servidor, companheiro. Não escreve como testemunha, confidente ou confessor, como analista de si mesmo, mas relata o que todos podem ver. Nesses textos manifesta-se o eu atuante, o eu que não dispõe de tempo para refletir. (FOISIL, 1991, p. 332).

Outro aspecto que sobressai dos estudos sobre as memórias, especialmente aquele realizado por Louis André, segundo a autora, é a disposição e aspecto dos títulos, especialmente aquelas memórias que trazem consigo títulos longos, “de vinte, trinta palavras, que inserem a obra na história do reino e lhe conferem sua razão de ser e sua justificativa”. (FOISIL, 1991, p. 333). Como podemos observar no romance de Defoe, *The Life, Adventures, And Pyracies Of the Famous Captain Singleton* (1720), por exemplo – que traz no original um título bem maior: *The Life Adventures And Pyracies Of the Famous Captain Singleton: Containing an Account of his being set on Shore in the Island of Madagascar, his Settlement there, with a Description of the Place and Inhabitants: Of his Passage from thence, in a Paraguay, to the main Land of Africa, with an Account of the Customs and Manners of the People: His great Deliverances from the barbarous Natives and wild Beasts: Of his meeting with an Englishman, a Citizen of London, among the Indians, the great Riches he acquired, and his Voyage Home to England: As also Captain Singleton's Return to Sea, with an Account of his many Adventures and Pyracies with the famous Captain Avery and others.* – há semelhanças com as memórias históricas, não limitadas a fenômenos de aparência com os títulos, apenas. Se levamos em conta o conteúdo presente nos prefácios de alguns outros romances do autor setecentista, que esclarecem ao leitor as futuras histórias verdadeiras, de personagens reais e famosos que o autor, a guisa de um mero relator, nos oferece, somos forçados a ratificar a proximidade. Em *The King Of Pirates* (1720), apresentado na forma de uma carta supostamente

verdadeira do pirata Avery, famoso personagem histórico do tempo Defoe, ao contrário do que podemos supor, não encontramos elementos morais ou subjetivos que indiquem traços autobiográficos: estes romances de pirataria do autor comportam-se basicamente como se fossem memórias históricas e exigem um tipo de leitor familiarizado com elas.

Já Ian Watt afirma que Defoe buscava emular o efeito das memórias autobiográficas quando criara *Robinson Crusoe* e *Moll Flanders* (1722). Seu argumento tenta aproximar aspectos subjetivistas e reflexões morais que salpicam os textos dos dois romances com elementos advindos da escrita das autobiografias. O autor chama a atenção também para o quanto de influência jornalística os textos dos romances de Defoe carregam. O início do século XVIII, na Inglaterra, vale lembrar, assistiria ao surgimento de verdadeiras inovações literárias, com a criação do *Tatler*, em 1709, e a do *Spectator*, em 1711, ambos periódicos que continham “ensaios sobre temas de interesse geral, que mesclavam interesses religioso, cultos, laicos, dissidentes, etc.” (WATT, 1990, p. 47). Segundo Watt, podemos acreditar nas ficções de Defoe graças, em parte, “a seu treinamento na dura escola do jornalismo”. (WATT, 1990, p. 93). E ainda vai além: “Ao jornalismo podemos atribuir também boa parte da responsabilidade por aquilo que constitui, talvez, o maior talento de Defoe: um texto fácil, interessante e gostoso de ler.” (WATT, 1990, p. 93).

Não só de periódicos, romances e memórias – autobiográficas ou históricas – viviam os leitores daquele começo de século. Diários e narrativas de viagens parecem também ter disputado espaço igualmente nas prateleiras daquele começo de século. O próprio Defoe, leitor inveterado de tudo quanto fosse material sobre viagens e aventura, utilizaria extensamente de materiais dispostos em narrativas de viajantes para escrever seus romances. Arthur Secord (1924), em sua tese sobre os métodos e fontes literárias utilizados por Defoe para a escritura de seus romances, afirma que boa parte da estrutura de *The King of Pirates*, *Captain Singleton* e *Robinson Crusoe* teria sido baseada, respectivamente, em narrativas como a de William Dampier, no caso das duas primeiras, e na narrativa de Robert Knox, que conta a história dos 21 anos em que viveu no Ceilão, vítima de um naufrágio. Além desses autores coetâneos à Defoe, Secord cita ainda duas das coletâneas de viajantes mais importantes do período elisabetano – uma compilada por Richard Hakluyt e outra por Samuel Purchas –, que segundo levantamento de um certo Mr. Aitken, constariam na biblioteca pessoal do autor setecentista. (O tipo de levantamento como o coletado por Mr. Aitken traduz-se como uma fonte riquíssima para traçar um perfil de um leitor daquele século. Entretanto, fora constar na tese seminal de Secord – e na forma de uma citação, apenas –, esse relato de Mr. Aitken é, infelizmente, quase impossível de ser encontrado).

Histórias de aventura sempre alimentaram a leitura de muitos ingleses. Ao lado das histórias de viajantes e navegantes, com suas peripécias pelos cantos do mundo, a pirataria também encontrava um público leitor ávido por narrativas emocionantes. O período de

transição dos séculos VXII e XVIII marcou a época de ouro da pirataria, e livros como os de Exquemelin e Robert Johnson faziam tremendo sucesso ao relatar com uma riqueza de detalhes a sordidez, a sanguinolência e os abusos de famosos piratas. Embora sejamos tentado a imaginar que o sensacionalismo fosse uma marca atrativa da literatura daquele período – ofuscados que somos pelo brilho do sucesso editorial de livros como os acima mencionados –, convém salientar que os leitores que Defoe destina seus escritos são marcados pela sobriedade de gostos, o comedimento e a reserva frente a ficções que apenas objetivavam reações catárticas, traindo um senso perene de buscar derivar conteúdos edificantes das leituras que praticavam. Nada, portanto, mais longe da realidade do público leitor de Defoe do que afirmar que liam seus romances atraídos pelo lazer, por uma simples satisfação em aplacar o ócio com materiais fictícios.

Marisa Lajolo e Regina Zilberman, em seu excelente *A formação da Leitura no Brasil*, no qual analisam as estratégias de ficcionalização dos leitores, empregadas pelos escritores nacionais para seduzir ou antever seus possíveis leitores e a recepção de suas obras, acertam ao comentar sobre o leitor que:

Este se configura como sujeito dotado de reações, desejos e vontades, a quem cabe seduzir e convencer. Todo escritor, voluntariamente ou não, depara com essa instância da alteridade, procurando conquistá-la de um modo ou de outro. A forma como o faz sinaliza o tipo de comunicação que tem em vista e indica o modo como se posiciona diante da circulação de sua obra, vale dizer, da socialização de seu texto. (LAJOLO; ZILBERMAN, 1996, p. 17).

Nada melhor para tentar captar o espectro das intenções dos leitores de Defoe do que tentar buscar esse tipo de informação nos prefácios dos romances do autor setecentista. A seguir, analisaremos os conteúdos dispostos no texto do prefácio de *Roxana*, romance de 1724, buscando encontrar os contornos de um leitor que, embora não seja mencionado de forma direta, é o principal receptor das estratégias do autor, cujas investidas e recuadas nos deixam antever uma silhueta daquilo que Defoe esperava encontrar do outro lado de seu texto de caráter inovador – lembramos: *Robinson Crusoe*, por muitos estudiosos considerado o primeiro romance moderno é de 1719.

Vejamos o que aparece logo no primeiro parágrafo da história:

The history of this beautiful lady is to speak for itself; if it is not as beautiful as the lady herself is reported to be; if it is not as diverting as the reader can desire, and much more than he can reasonably expect;

and if all the most diverting parts of it are not *adapted to the instruction and improvement of the reader*, the *relator* says it must be from the defect of his performance; dressing up the story in worse clothes than the lady whose words he speaks, prepared for the world. (DEFOE, 1855, p. 12) [*grifo nosso*].

A história a qual o leitor é apresentado, embora possa não ser tão bonita como a dama que a protagoniza ou tão divertida quanto poderia o leitor desejar ou esperar, ou, ainda, que seu conteúdo não se apresente adequadamente disposto à *instrução e elevação* do leitor, o *relator* afirma ser defeituosa sobretudo por um defeito de seu desempenho. O que podemos captar desse pequeno trecho é bastante significativo: nós, leitores, recebemos de um suposto livreiro ou editor da história uma série de desculpas, dentre as quais, a mais significativa é o fato de a história poder não estar adaptada a instruir e elevar o leitor. Parece que os leitores do tempo de Defoe levavam a sério a instrução e elevação moral propiciadas pelo ato de leitura. De fato, o autor se notabilizaria por escritos sobre moral e conduta, tais como *The Family Instructor* (1715), nos quais debate uma série de atributos pertinentes ou não para o completo desenvolvimento moral e intelectual de seus seguidores. Gualter Cunha, português estudioso do trabalho de Defoe, afirma que uma das preocupações mais prementes do autor era a de ilustrar padrões ético-religiosos por meio da escrita de suas ficções, fato que poderia vir a problematizar a simples visão desses escritos ficcionais enquanto romances:

As narrativas de ficção escritas por Defoe e iniciadas com *Robinson Crusoe*, e que vieram depois a ser consideradas como romances, parecem poder ser igualmente enquadráveis por esta dupla direção que se verifica na generalidade dos seus restantes escritos: o prazer da escrita na invenção de personagens e de ações, e a preocupação em ver nessas invenções uma ilustração emblemática de padrões ético-religiosos. (CUNHA, 1989, p. 194).

Anthony Di Renzo (DI RENZO, 1998), após ter estudado mais detidamente dois dos escritos mais extensos de Defoe sobre economia, *An Essay Upon Projects* (1697) e *The Complete English Tradesman* (1726), revela que o autor londrino começou a levar a sério as possibilidades ficcionais do comércio, e que em *The Complete English Tradesman*, com suas mais de 900 páginas que intercalam escrita formal e narrativa colorida e detalhista, poderíamos estar diante de um material passível de ser lido como um romance. Ao que nos parece, tanto o autor quanto seus leitores não viam muita distinção entre ficção, história e verdade quando acorriam aos textos para encontrar materiais que lhes pudessem ser de

alguma instrução. Essa mistura de ficção e “assuntos sérios” casa bem com a noção de “meio termo” entendida por Watt e outros autores, quando dizem que aquele século favoreceu um tipo de leitura mais extensa. Esses leitores estão atrás de informações valiosas sobre economia, moral, ética e religião, mas não dispensam doses homeopáticas de narratividade que garantam uma maior fruição e leveza ao ato de ler.

Embora olhando retrospectivamente, saibamos de antemão que essas e outras obras do tipo são narrativas de ficção por excelência, sabemos, por detalhes importantes que podemos destacar do prefácio, que os leitores daquele tempo talvez não as encarassem como narrativas de ficção – ou pelo menos não *somente* como narrativas de ficção pura e simples. O fato de não haver um autor, mas sim um relator dos fatos por ele ouvidos por pessoas conhecidas da protagonista, já é um grande sinal de que o texto não é fruto de mera invenção de um intelecto, mas sim uma história que requer do leitor a crença de estar diante de um fato verdadeiro. Vemos isso em outra parte do mesmo prefácio:

He [*o relator*] takes the liberty to say that this story differs from most of the modern performances of this kind, though some of them have met with a very good reception in the world. I say, it differs from them in this great and essential article, namely, that the foundation of this is laid in *truth of fact*; and so the work is not a *story*, but a *history*. (DEFOE, 1855, p.12) [*grifo nosso*].

Diferentemente de outras *estórias* de seu tempo, por ter como fundamento a *verdade*, *Roxana* pode ser considerada uma *história*. Distinção importante: o leitor não está perdendo seu precioso tempo com uma obra completamente inventada por alguém, e cujo único interesse possível fosse o de aplacar o ócio e propiciar o lazer. (Argumento que pode desmobilizar a leitura feita por Watt, por exemplo, de que as leitoras de romances procuravam apenas os livros em suas horas de lazer.) A preocupação com a veracidade da história – ponto forte para seduzir o leitor, segundo podemos inferir – permeia quase todo o prefácio. Há uma preocupação em não revelar nomes das figuras envolvidas, uma vez que o cenário em que se passa a história “is laid so near the place where the main part of it was transacted that it was necessary to conceal names and persons” (DEFOE, 1855, p. 12). Vemos mais ainda:

The writer says he was particularly acquainted with this lady's first husband, the brewer, and with his father, and also with his bad circumstances, and knows that first part of the story to be truth.

This may, he hopes, be a pledge for the credit of the rest, though the

latter part of her history lay abroad, and could not be so well vouched as the first; yet, as she has told it herself, we have the less reason to question the truth of that part also. (DEFOE, 1855, p. 12-3).

O relator quer dar mostras de suas credenciais apontando a origem de seu relato e a confiança de suas fontes. Trata-se, portanto, de uma história verdadeira (história com H maiúsculo) e não qualquer conto sensacionalista de seu tempo. Estamos diante de uma mistura de memória histórica e memória autobiográfica, na qual as constantes inferências da protagonista – transcritas por meio de seu relator – visam a oferecer ao leitor uma série de reflexões sobre a reprovação e censura de vícios e crimes – uma visão que busca edificar o leitor e não incorrê-lo em uma espécie de vicariedade criminosa propiciada por um material sensacionalista. A recorrência ao argumento de veracidade nada mais faz do que confirmar a validade das instruções moralizantes que o texto supostamente poderia oferecer ao leitor, na forma de reflexões da protagonista. Essas reflexões seriam, segundo o editor/livreiro, a justificativa mesma para a produção da obra, em detrimento de uma série de falhas pelas quais se desculpa:

The noble inferences that are drawn from this one part are worth all the rest of the story, and abundantly justify, as they are the professed design of, the publication.

If there are any parts in her story which, being obliged to relate a wicked action, seem to describe it too plainly, the writer says all imaginable care has been taken to keep clear of indecencies and immodest expressions; and it is hoped you will find nothing to prompt a vicious mind, but everywhere much to discourage and expose it. (DEFOE, 1855, p. 13).

Podemos concluir, através da análise desses poucos trechos do prefácio de *Roxana*, que o leitor imaginado por Defoe não perderia seu tempo lendo obras sensacionalistas, ou meros escritos de ficção que não se dispusessem a derivar conteúdos edificantes. Ao se debruçarem sobre obras *verídicas*, de personalidades com biografia *fora do comum* (a ladra Roxana, o naufrago Robinson Crusoe, o pirata Singleton), os leitores de Defoe – ao contrário do que somos tentados a supor, ao simplesmente enquadrar esses escritos como romance e associar esse tipo de leitura a uma atividade frívola, de passatempo – poderiam estar atrás de exemplos humanos dignos de se tornarem modelos de conduta, seja pelo exemplo de vida aventureira que levam, seja pelos dilemas morais e éticos que suscitam ou pelas instruções e reflexões sobre economia que podem ser garimpadas no decorrer de um

texto como o de *Robinson Crusoe*, por exemplo. Por mero exercício de comparação, tomaremos o prefácio de *Dom Quixote* (1605), do espanhol Miguel de Cervantes y Saavedra, como exemplo de uma obra destinada a um tipo de leitor completamente diverso daquele do universo de Defoe. Diz-nos ele em seu prólogo:

Podes crer-me, *desocupado leitor – e não preciso jurar –* que eu quisera fosse *este livro, como filho que é do entendimento*, o mais formoso, galhardo e discreto que se pudera imaginar. Foi-me impossível, todavia, contrariar a ordem da natureza, já que nesta cada coisa engendra a sua semelhante. Assim, *que poderia brotar do estéril e inculto engenho meu*, senão a história de um filho ressequido, magro, caprichoso e cheio de pensamentos vários, nunca imaginados por outro homem [...] (CERVANTES, 1997, p. 71).

Tal qual no prefácio de *Roxana*, aqui somos confrontados com os pedidos de desculpa pela falta de boa forma do escrito, mas diferente do texto de Defoe, o de Cervantes frisa que as falhas são necessariamente de origem da natureza do intelecto do criador da obra. Obra criada, de pura ficção, fruto de um inculto engenho e destinada, portanto, a um leitor desocupado que, não tendo nada melhor a fazer com seu tempo, pode muito bem desculpar o escritor por suas más investidas. Não conseguimos escapar à tentação de imaginar uma raivosa careta de indignação de um leitor dissidente, empapado em pensamentos utilitaristas, como eram aqueles do tempo de Defoe, ao tropeçarem em um adjetivo pouco lisonjeiro como aquele, em um prefácio cujo autor tivera a petulância de chamá-lo de *desocupado*. Certamente, nenhum autor do tempo de Defoe arriscar-se-ia a realizar a façanha de Cervantes. (O prudente Defoe não o fizera assim!) Outros tempos, outros leitores. Cervantes dedicara seu livro a uma aristocracia cujo símbolo de destaque social incluía honras e tributos ao ócio. Chamar o leitor de desocupado, em uma Espanha seiscentista, seria muito provavelmente tomado como um elogio. Um inglês setecentista, pragmático, provavelmente membro de uma classe média industrial ou mercantil, cioso de suas prerrogativas conquistadas às duras penas pelo trabalho e por um leve gosto pela aventura nos negócios, certamente levaria o desaforo a sério.

## Conclusão

Estudos como os de Watt, embora ofereçam farto material quantitativo e informações detalhistas sobre costumes dos leitores, tem como contraponto a recorrência

demasiada a noções generalistas: a ascensão do romance coincide com a ascensão de uma classe média burguesa; o romance enquanto um material de leitura destinada às horas de ócio, o que reforça uma noção do ócio como distinção social da nova classe em ascensão; o papel das mulheres – principalmente àquelas da classe média – como leitoras frívolas que buscam os romances para preencher as fartas horas de lazer propiciadas por uma economia cada vez mais especializada, etc.

Um estudo mais aprofundado deveria colidir – além das informações como as compiladas por Watt – uma série de prefácios e dados sobre levantamentos de bibliotecas particulares, o que propiciaria uma visão mais detalhista do leitor daquele século. Tratar-se-ia, nesse caso, de um estudo baseado em situações concretas para traçar um itinerário das práticas de leitura do Setecentos.

Embora estejamos longe de um tipo de pesquisa como a indicada no parágrafo anterior, podemos trazer uma conclusão inicial satisfatória sobre o perfil de um possível leitor dos romances de Defoe. No decorrer do texto, pudemos ter um vislumbre mais ou menos nítido de seus contornos mais gerais: são principalmente leitores de classe média. Embora isso não queira dizer que os autores estejam conscientemente produzindo materiais destinados garantir a afirmação de uma classe específica: eles não são necessariamente intelectuais orgânicos, entre eles há uma classe popular cada vez mais numerosa que chega, por uma via ou outra a obter romances – no caso de Defoe, eles às vezes são incluídos como protagonistas dos próprios romances; os leitores leem sobretudo porque acreditam poder encontrar conteúdos valiosos para suas vidas e, ao contrário do que sugere Watt, não estão simplesmente praticando uma atividade destinada ao lazer; leem geralmente em ambientes fechados, particulares, onde o escrutínio alheio não os incomoda – o que não exclui, necessariamente, uma leitura em voz alta destinada aos membros da família, ao redor da lareira, por exemplo, o que não deixaria de ser uma atividade ainda marcadamente afetada pelos costumes de uma vida privada.

Esses são leitores modernos e exigem materiais que se prestem a uma leitura moderna. Misturar uma série de elementos novos – que são as novidades de um tempo distintamente moderno! – garante aos escritores que seus escritos encontrarão leitores dispostos a lê-los. Talvez nenhum outro autor soube fazê-lo com tanta maestria como o fez Defoe. Seu legado para a invenção literária (do romance? da ficção econômica? da ficção ético-moralista?) ainda está por ser melhor compreendida, e um estudo sério sobre seus escritos e suas inovações não pode se furtar a levar em conta a posição marcante de seu público leitor.

## Referências

### Fontes textuais

CERVANTES, Miguel de. *Dom Quixote De La Mancha*. Trad. De Almir de Andrade e Milton Amado. Ilust. De Gustave Doré. Rio de Janeiro: Ediouro, 1997.

DEFOE, Daniel. *Roxana; Or, the Fortunate Mistress and The Life And Adventures of Mother Ross*. Vol. 4. London: Henry G. Bohn, 1855. (The Novels and Miscellaneous Works of Daniel Defoe). pp. 12-14.

### Fontes bibliográficas

CERTEAU, Michel de. Ler: uma operação de caça. In: CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*: 1. Artes de fazer. 15ª ed. Trad. De Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 2008. pp. 259-73.

CUNHA, G. *Uma dupla direção na escrita de Daniel Defoe: the farther adventures of Robinson Crusoe*, ou, alguns bons ensinamentos da má literatura. Revista da Faculdade de Letras, Porto, II série, v. VI, p. 189-206, 1989.

DARNTON, Robert. Primeiros passos para uma história da leitura. In: DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. pp. 168-201.

DI RENZO, A. *The complete English tradesman: Daniel Defoe and the emergence of business writing*. The Journal of Technical Writing and Communication, v. 28, n. 3, p. 1-16, 1998.

FISCHER, Steven Roger. A “Consciência Universal”. In: FISCHER, Steven Roger. *História da leitura*. Trad. Claudia Freire. São Paulo: Editora UNESP, 2006. pp. 231-77.

FOISIL, Madeleine. A escritura do foro privado. In: CHARTIER, Roger. (Org.). *História da vida privada*, 3: Da Renascença ao Século das Luzes. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. (História da vida privada, vol. 3) pp. 330-69.

LAJOLO, M.; ZILBERMAN, R. A construção do leitor. In: LAJOLO, M.; ZILBERMAN, R. *A formação da leitura no Brasil*. São Paulo: Ática, 2003. pp. 12-57.

MINTO, William. *Life of Defoe*. New York: John W. Lovell Company, 1884.

SECORD, A. *Studies in the narrative method of Defoe*. 1923. 250 f. Tese (Pós-Doutorado em

Inglês) – Graduate School, University of Illinois, Urbana, 1924.

WATT, Ian. *A ascensão do romance: estudos sobre Defoe, Richardson e Fielding*. Trad. de Hildergard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

WITTMAN, Reinhart. Existe uma revolução da leitura no final do século XVIII?. In: CAVALLO, G; CHARTIER, R. (Orgs.). *História da leitura no mundo ocidental*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1999.

**THIAGO PANINI PRIMOLAN**

Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pelo programa de mestrado em Estudos Literários da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E-mail: tubapanini@gmail.com.